

ARTIGO LUÍS CÉSAR BUENO

LUÍS CÉSAR BUENO É PROFESSOR, VEREADOR DO PT EM GOIÂNIA E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

A cidade real

No dia 29 de outubro de 2000, a imprensa local registrava que a herança deixada para o futuro prefeito de Goiânia seria uma dívida de R\$ 98 milhões. Após empossar seu secretariado, o prefeito Pedro Wilson começou a enfrentar a realidade: somente a Comurg registra atualmente uma dívida superior a R\$ 350 milhões, sendo que estes valores representam apenas uma parte da dívida fundada da administração indireta. Posteriormente, o secretário de Finanças apresentou uma versão parcial das dívidas da administração direta: mais de R\$ 50 milhões em débitos de curto prazo, entre estes a ausência de pagamento da folha do funcionalismo relativo ao mês de dezembro, além de uma dívida fundada de R\$ 280 milhões.

Somando estas informações das autoridades municipais, com facilidade contabilizaremos uma dívida de R\$ 680 milhões herdada pelo atual governo municipal. Estes valores parecem meros números, mas demonstram o grande equívoco que um funcionário de confiança, o porta-voz da administração passada, José Magalhães, técnico da Secretaria de Planejamento, cometeu ao apresentar à imprensa o inventário da Prefeitura de Goiânia referente aos encargos trabalhistas, dívidas com o Te-



souro nacional, precatórios, bancos estrangeiros e algumas centenas de fornecedores e prestadores de serviços que foram caloteados.

Estamos em maio e o governo municipal enviou para a Câmara o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como parte integrante destas propostas, está um importante instrumento de administração, planejamento e participação popular: o orçamento participativo. O legislativo goianiense precisa estudar com toda atenção possível estes projetos. Goiânia possui uma demanda represada de 8.050,00 metros de asfalto, carên-

cia de escolas, áreas de lazer, hospitais públicos, creches, serviços de promoção à cidadania, criança, adolescente, idoso e excluídos da sociedade e da família.

Simultaneamente a este quadro, a população necessita de respostas rápidas e exige uma prestação de serviços públicos eficientes como: conservação das ruas, praças e logradouros, limpeza urbana, iluminação pública, saúde e educação, que são serviços essenciais para a vida da cidade. O atual governo municipal tem pautado sua atuação em uma ação integrada e constante com a Câmara Municipal, com o

Poder Judiciário, governo estadual e com setores organizados da sociedade.

Chegou o momento de refletir e planejar a cidade que vivemos e queremos sempre conservada, limpa, bela e onde se vivencie a cidadania. É importante procurar instrumentos que compatibilizem todas estas despesas geradas com a qualidade de vida da cidade, através de uma receita tributária que expresse o porte econômico de Goiânia. Precisamos urgentemente acabar com a guerra fiscal aguçada entre os municípios vizinhos e aumentar a base tributária sem aumento de impostos.

O setor produtivo exige um pólo industrial, o comércio demanda um pólo atacadista, os ambulantes clamam pelo shopping popular, o setor de informática e prestadores de serviços da área de saúde necessitam de uma legislação tributária específica e o trânsito por soluções planejadas de engenharia. É hora de debater, encontrar soluções e aprovar as leis de interesse da população. Este é o papel constitucional do vereador. Esperamos que a Câmara Municipal, com a participação da comunidade, seja o palco de discussões e ações políticas qualitativas deste importante momento para os rumos de Goiânia.